

ATUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE INFORMAÇÃO DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: RELATO DE EXPERIÊNCIA



Roger de Miranda Guedes (roger.guedes@fjp.mg.gov.br)

Fundação João Pinheiro (Brasil)

 <https://orcid.org/0000-0002-7315-7100>

INTRODUÇÃO

O Repositório Institucional da Fundação João Pinheiro (RI-FJP) é um serviço de informação de acesso aberto, dedicado à preservação, difusão e ampliação do acesso à produção científica e acadêmica da instituição de ensino e pesquisa Fundação João Pinheiro. Em 2023, ao completar dez anos de existência, o RI-FJP passou por importantes transformações, tanto em sua infraestrutura, com a atualização do sistema DSpace para sua versão 7.6, quanto no aperfeiçoamento de suas diretrizes de funcionamento, a partir da atualização de sua política de informação. Embora o RI-FJP, desde sua criação, contasse com uma política que estabelecia regras e procedimentos de funcionamento, tal instrumento carecia de conformidade regulatória mediante sua publicação enquanto normativo institucional. Diante disso, realizou-se uma série de ações de investigação, como pesquisa bibliográfica, levantamento de políticas de repositórios institucionais brasileiros e coleta de dados no contexto institucional para se ter insumos suficientes para a proposição e estabelecimento de uma nova política de informação para o RI-FJP.

OBJETIVO

Relatar a experiência de atualização da política de informação do Repositório Institucional da Fundação João Pinheiro (RI-FJP)

MÉTODOS E DESENVOLVIMENTO

Um repositório institucional (RI), enquanto serviço de gerenciamento de informações, necessita da definição de diretrizes que orientem o seu funcionamento, geralmente tais preceitos se estruturam na forma de uma política. A política de um RI deve apresentar seus objetivos e refletir a sua missão. É importante também que o instrumento estabeleça a governança do RI (papeis e responsabilidades), delimite os tipos de publicação e escopo das coleções, estipule critérios de povoamento, determine o(s) padrão(ões) de metadados, defina as condições de preservação digital dentre outras instâncias para seu funcionamento (Leite, 2012; Torino, 2017).

Para o trabalho de atualização da política de informação do RI-FJP, realizou-se pesquisa bibliográfica na literatura especializada, a fim de revisar os preceitos de uma política de RI no âmbito do Acesso Aberto. Também foi

executado levantamento e análise documental, a partir da seleção e comparação de políticas de RIs brasileiros, identificando o tipo de normativo em que foram publicadas (resolução, portaria etc.), além da natureza e abrangência do conteúdo, com base nas recomendações apontadas na literatura. Empreendeu-se também uma coleta de dados, por meio de questionário aplicado à comunidade institucional, com o objetivo de identificar lacunas ou necessidades locais que pudessem ser contempladas na atualização da portaria.

Na elaboração da política, buscou-se estruturar seu conteúdo a partir do que considerou-se os eixos norteadores de funcionamento do RI-FJP: a dinâmica de governança, a natureza dos conteúdos, a gestão de submissões e as condições de acesso. Outras diretrizes também foram contempladas e a indicação de criação de instrumentos complementares foi ressaltada.

CONSIDERAÇÕES

A nova Política de Informação do RI-FJP foi publicada em novembro de 2023, na forma de portaria, assegurando sua institucionalização e garantindo seu cumprimento (Fundação João Pinheiro, 2023). Embora abrangente, verificou-se a necessidade de criação de normativos complementares para melhor especificação e descrição de procedimentos. A atualização da referida Política ressaltou a importância de instrumentos e conformidade regulatória para um repositório institucional. Espera-se que a aplicação da Política reforce o direcionamento estratégico, consistência, sustentabilidade e eficiência do RI-FJP.

REFERÊNCIAS

Fundação João Pinheiro (2023). Portaria 51/2023. *Jornal Minas Gerais*, 25 nov. 2023. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.

Leite, F., Amaro, B., Batista, T. & Costa, M. (2012). *Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica*. Brasília: Ibict.

Torino, E (2017). Políticas em repositórios digitais: das diretrizes à implementação. In: Vechiato, F., Marques, C. A. G., Koshiyama, D. C. A. G., Moura, E. A. Torino, E., Maia, M. A. Q., & Marques, T. M. S. M. (Org.). *Repositórios digitais: teoria e prática*. (pp. 91-114). Curitiba: EDUTFPR.

